

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

**PROJETO DE LEI Nº 5.815, DE 2.001**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população para os fins que menciona.

**Autor:** Deputado Orlando Fantazzini

**Relator:** Deputado Luiz Bittencourt

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 5.815, de 2001, de autoria do nobre Deputado Orlando Fantazzini, propõe que as empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornem disponível serviço de atendimento telefônico gratuito para que o público possa opinar sobre a qualidade da programação.

Determina que o resultado da pesquisa deva ser organizado e enviado ao Poder Executivo.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O projeto sob comento demonstra a intenção positiva de seu propositor em proteger a sociedade de certos tipos de programação difundida por rádio ou televisão, que, na dependência do ponto de vista de cada um, sejam prejudiciais à moral, à educação infantil ou ao bom relacionamento entre os seres humanos.

No entanto, como inclusive mencionado na justificação da presente proposta, nossa Constituição prevê liberdade aos meios de comunicação e veda a censura, logicamente com algumas restrições quanto à programação para crianças e adolescentes.

Outrossim, nossa Carta Magna também determina a não interferência do Estado na empresa privada e protege a livre iniciativa. Deste modo, uma lei determinando que as empresas de radiodifusão de sons e imagens sejam obrigadas a efetuar pesquisas junto ao público quanto a sua programação e enviar os resultados ao Poder Executivo para que este faça “não se sabe o que”, pois o projeto não define que ação será tomada após avaliação do resultado da pesquisa, é, ao nosso ver, uma ação inócua e sem fundamento legal.

Na realidade, o público já faz sua opção, certa ou errada, quando as próprias emissoras, por uma questão de sobrevivência, contratam pesquisas de audiência e utilizam-nas como propaganda para cativar novos ouvintes e telespectadores com intuito de atraírem mais e melhores patrocinadores e obterem maiores lucros.

Ao nosso ver, a melhor maneira de combater o que não serve é trabalhar com afinco na direção daquilo que constrói, isto é, se quisermos que nossos jovens, por iniciativa própria, tenham consciência e saibam decidir o que lhes convêm, o caminho não é a censura, mas a educação. Assim, leis, propostas e trabalhos, que visem

incrementar a difusão de um ensino amplo com bases científicas e humanitárias para toda a população, é o melhor caminho para resolver este e outros problemas que afligem nossa sociedade.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.815, de 2001.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

Deputado Luiz Bittencourt  
Relator